EXTRATO DA PORTARIA-MP/2ªPJB/Nº 01/2020, de 07/01/2020
Instaura o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 002479-083/2019, com o prazo de validade de 1 (um) ano (artigo 11, da Resolução nº 174/2017), com o escopo de acompanhar a realização do tratamento de saúde, via TFD/BREVES, do Adolescente M. DOS S. S. assegurando-lhe o pleno acesso ao referido Direito Fundamental, bem como as iniciativas e atividades da Secretaria Municipal de Saúde de Breves, no que tange ao caso vertente; promovendo diligências para posterior ajuizamento de ação civil pública ou outras medidas judiciais ou, ainda, o arquivamento do presente, nos termos da lei.

JOÃO BATISTA DE ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR
Promotor de Justiça Titular do 2º Cargo da PJ de Breves,
Portaria MP/PGJ nº 6065/2015, de 29/10/2015

Protocolo: 514097

Extrato da Portaria n.º 36/2019-MP/8ªPJ/STM

A 8.ª Promotora de Justiça de Santarém, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no artigo 129, I, II, III, VI, VIII e IX da Constituição Federal, artigo 52 e seguintes da Lei Orgânica do MPPA (Lei Complementar nº 057/2006), na forma da Resolução nº 07/2019-CPJ do Ministério Público, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 00086-031/2020, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, n.º 3991, Bairro da Liberdade, CEP 68.040-148, Santarém, Pará.

Portaria n.º 36/2019-MP/8ªPJ/STM

Assunto: APURAR AS SUPOSTAS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO SINDICATO DE MÉDICOS DO PARÁ(SINDMEPA) NO RELATÓRIO DE VISITAÇÃO REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, DURANTE O PERÍODO DE 22 A 23/09/15.

Lílian Regina Furtado Braga - Promotora de Justiça

Protocolo: 514119

Extrato da Portaria n.º 39/2019-MP/8ªPJ/STM

A 8.ª Promotora de Justiça de Santarém, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no artigo 129, I, II, III, VI, VIII e IX da Constituição Federal, artigo 52 e seguintes da Lei Orgânica do MPPA (Lei Complementar nº 057/2006), na forma da Resolução nº 07/2019-CPJ do Ministério Público, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n.º 015771-031/2019, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, n.º 3991, Bairro da Liberdade, CEP 68.040-148, Santarém, Pará.

Portaria n.º 39/2019-MP/8ªPJ/STM

Assunto: ACOMPANHAR E FISCALIZAR O REGULAR FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO IDOSO DE SANTARÉM.

Lílian Regina Furtado Braga - Promotora de Justiça

Protocolo: 514127

Extrato da Portaria nº 01/2020-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a Instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000059-040/2020 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Av. Maximino Porpino, 1204, Bairro Centro, Castanhal - Pará, Fone (91) 3412-6100.

Portaria nº: 01/2020-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: ADMILSON DA SILVA COSTA / E OUTROS / EDSON GOMES DOS SANTOS

Assunto: a fim de acompanhar, por meio das diligências a serem realizada pela Câmara de Tratamento de Conflitos Agrários, a consolidação do acordo judicialmente firmado para a resolução consensual do conflito entre, de um lado, Admilson da Silva Costa e demais Requerente, e, de outro, Edson Gomes dos Santos e demais requeridos.

LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA SEVERINO - Promotora de Justiça da I Região Agrária, em exercício

Protocolo: 514169

AVISO Nº 01/2020-CSMP/MPPA

Faço público, a quem interessar possa que a 1ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 15 de janeiro de 2020, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS:

1.1.1. Processo nº 000639-920/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá - SMS

Origem: 13º PJ de Marabá

Assunto: Providências com o objetivo de garantir ao idoso J.C.S o fornecimento de medicamentos, necessário ao tratamento de saúde.

1.1.2. Processo nº 001077-922/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Itaituba

Origem: 4º PJ de Itaituba

Assunto: Averiguar a solicitação do Sr. Jonathan Santos do Nascimento o qual informou que sofreu um acidente e estava impossibilitado de se locomover até o Instituto Federal do Pará, e que não teria condições financeiras

para arcar com esse deslocamento.

1.1.3. Processo nº 000083-040/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fazenda Santana

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Providências quanto ao descarte irregular de chorume residual da produção de farinha de osso na Fazenda Santana.

1.1.4. Processo nº 001204-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar "o objeto da reunião havida entre o Senhor Raul Meirelles e o Presidente da Saneatins, na Cidade de Palmas", em decorrência da notícia de que estaria em tratativas a privatização do serviço de distribuição de água e esgotamento sanitário de Belém.

1.1.5. Processo nº 000043-043/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Adalberto Cavalcante Aquino e Sr. Marcos Costa Picanço

Origem: PJ de Terra Santa

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa pelos Prefeitos de Terra Santa/PA Sr. Adalberto Cavalcante Aquino e Sr. Marcos Costa Picanço.

1.1.6. Processo nº 000112-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Ana Amélia Vieira Silva Denardin

Origem: 5º PJ de Altamira

Assunto: Apurar notícia de prática de assédio moral, usurpação de função pública, nepotismo, tráfico de influência, corrupção e fraude no âmbito do DETRAN/Regional de Altamira.

1.1.7. Processo nº 000086-200/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara Municipal de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Acompanhar a contratação dos aprovados no Concurso Público nº 012/2012 realizado pela Câmara Municipal de Ananindeua/PA.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.2.1. Processo nº 000106-151/2018 (voto vista)

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Simão Jatene

Origem: 6º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível irregularidade na concessão de incentivos fiscais e remissão de dívidas tributárias, à empresa "Cervejaria Paraense S/A-CERPASA", em troca de propina e doações ilegais para campanha eleitoral (caixa dois).

1.2.2. Processo nº 000860-178/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeito Municipal de Óbidos

Origem: PJ de Óbidos

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados pelo Prefeito Municipal de Óbidos.

1.2.3. Processo nº 000856-117/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDAC)

Origem: 1º PJ da Infância e Juventude de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas nas eleições 2019 para Conselheiros Tutelares de Belém.

1.2.4. Processo nº 000323-085/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura de Aurora do Pará

Origem: PJ de Aurora do Pará

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados pela Prefeitura Municipal de Aurora do Pará.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATOS SOUSA:

1.3.1. Processo nº 000032-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Defensoria Pública do Estado do Pará

Origem: 2º PJ Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, com relação ao Contrato n.º 30/2011.

2. Proposta de Resolução:

2.1. Proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, referente ao acréscimo dos §§ 6º e 7º ao art. 36, no que diz respeito ao retorno dos autos após diligências solicitadas pelos Conselheiros Suplentes.

3. O que ocorrer.

Belém-PA, 10 de janeiro de 2020.

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 513853